

# CORPOS INTERDITADOS E AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

**Ivan Vilela Ferreira**

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

**Ingrid Dittrich Wiggers**

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

## Resumo

O objetivo do presente estudo foi investigar por meio de uma revisão de literatura sistemática a produção científica da educação física acerca das interdições das práticas corporais dos estudantes. Entre periódicos nacionais e internacionais, selecionamos oito artigos, representando 0,22% da produção total entre o período 2010 e 2015. Os estudos apontam que algumas escolas aplicam a suspensão das aulas de educação física como punição aos discentes indisciplinados, configurando assim a interdição das práticas corporais, pois, majoritariamente, nestas aulas os estudantes possuem mais liberdade para praticá-las. Outro fator mencionado na literatura é a influência do currículo escolar nas aulas de educação física.

**Palavras-chave:** Constrição. Educação Física e Treinamento. Revisão.

## INTERDICTED BODIES AND PHYSICAL EDUCATION LESSONS: A LITERATURE REVIEW

### Abstract

The study aimed to investigate through a systematic literature review, the scientific production of physical education on the interdiction of students' corporal practices. It was selected both national and international journals. The published papers from 2010 to 2015 were selected. The production on students' corporal practices represents 0,22% of the total of articles published. These studies indicate that some schools apply the suspension of physical education classes for students with bad behavior. Thereby, this punishment may generate the interdiction of students' corporal practices. Another factor mentioned in the literature is the influence of the school curriculum in physical education classes.

**Keywords:** Constrictions. Physical Education and Training. Review.

## CUERPOS INTERDICTADOS Y CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA: UNA REVISIÓN DE LITERATURA.

### Resumen

El objetivo del presente estudio fue investigar, por medio de una revisión de literatura sistemática, la producción científica de la educación física acerca de las interdicciones de las prácticas corporales de los estudiantes. Seleccionamos los siguientes periódicos nacionales e internacionales. Delimitamos el período entre 2010 y 2015. Seleccionamos ocho artículos, representando el 0,22% de la producción total. Los estudios apuntan que algunas escuelas apli-

can la suspensión de las clases de educación física como castigo a los discursos indisciplinados, configurando así la interdicción de las prácticas corporales, pues, mayoritariamente, en estas clases los estudiantes poseen más libertad para practicarlas. Otro factor mencionado en la literatura es la influencia del currículo escolar en las clases de educación física.

**Palabras clave:** Constricción. Educación y Entrenamiento Físico e Treinamento. Revisión.

## Introdução

A partir da consolidação das instituições escolares ocidentais, gerou-se uma constante preocupação com o tratamento dos corpos dos estudantes e, visando a satisfazer tal necessidade, instituiu-se, de maneira geral, um modelo controlador. Esse investimento repercutiu em sujeição dos estudantes, tornando-os obedientes e aditando suas forças de produção (FOUCAULT, 2014; PORTOCARRERO, 2004). Assim, avaliamos que o modelo institucional controlador provém de demandas sociais e econômicas, pois, segundo Foucault (2015) o corpo só se torna força útil quando é produtivo e submisso. Nessa direção, Wiggers (2003, p. 14) discorre que “[...] sacrificado em nome da limpeza, da utilidade, da docilidade, enfim, da sobrevivência, o corpo perdeu a liberdade de expressão, submetido, cada vez mais, aos ditames da técnica e ao modelo domesticador de educação”.

Ante essas características institucionais, sopesamos que as escolas engendram interdições nas práticas corporais dos estudantes. Aderimos à compreensão de Silva (2014) ao definir as práticas corporais como fenômenos que se manifestam, necessariamente, em nível corporal e são constituídas pelas manifestações da cultura de movimento, como jogos, danças, esportes, brincadeiras e outras atividades. Desse modo, consideramos que as interdições das práticas corporais são ações docentes que, na abordagem tradicional, inibem as brincadeiras e jogos dos estudantes em prol da ordem e progresso das aulas. Por conseguinte, a interdição das práticas corporais dos estudantes incide diretamente na sua educação corporal, visto que a educação do corpo é definida como uma produção significativa da atividade social humana que, por seu turno “[...] permite evocar sempre a ideia de movimento, de passagem, de transformação, na constituição de pedagogias e de políticas voltadas ao corpo, em suas permanências, rupturas e continuidades” (SOARES, 2014, p. 220).

O campo acadêmico-científico da educação física indica a tendência das escolas brasileiras que possuem modelos institucionais controladores em interditar as práticas corporais dos estudantes (MACHADO, 2013; RICHTER; VAZ, 2005; FREITAS, 2015). Portanto, considerando que o modelo institucional escolar tradicional produz a interdição das práticas corporais, questionamo-nos: quais os enfoques e abordagens das investigações científicas da educação física acerca dessa temática? Assim, o objetivo do presente estudo foi analisar por meio de uma revisão de literatura sistemática a produção científica da educação física, em âmbito brasileiro e internacional, que tematizam interdições de práticas corporais de estudantes.

A seguir, na parte destinada à metodologia, faz-se presente a descrição dos métodos, critérios de seleção das revistas e artigos. Em resultados, encontram-se os dados referentes à produção das revistas brasileiras e internacionais, bem como um quadro com o panorama das investigações que tematizaram interdições de práticas corporais em cada revista eleita. Posteriormente, discutiremos os resultados encontrados em relação ao nosso referencial teórico. Por fim, encontram-se as considerações finais e recomendações.

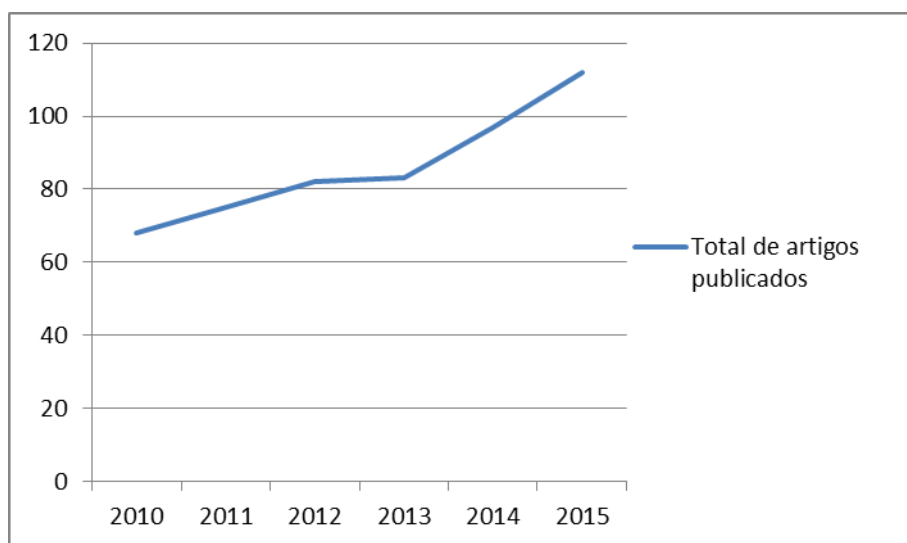
## Metodologia

Para a seleção dos periódicos, estabelecemos os seguintes critérios: amplitude das perspectivas teóricas e temáticas das publicações, abrangendo estudos de cunho sociopedagógico e biodinâmico, bem como avaliação do *Qualis* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Adotamos os critérios do presente estudo, tomando como referência outras revisões de literatura no campo acadêmico-científico da educação física (BRACHT *et al.*, 2011; KIRK, 2010; WIGGERS, 2010). Ainda, seguimos as orientações metodológicas de Eco (1983), Sampaio e Mancini (2007) e Gomes e Caminha (2014). Considerando esses critérios, elegemos, no âmbito brasileiro, as seguintes revistas: *Motrivivência*; *Motriz*; *Movimento*; *Pensar a Prática*; *Revista Brasileira de Ciência e Movimento (RBCM)*; *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)*; *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (RBEFE)* e *Revista da Educação Física/UEM (REF/UEM)*. No cenário internacional, selecionamos as seguintes revistas: *European Physical Education Review (EPER)*; *Journal of Teaching in Physical Education (JTPE)* e *Physical Education and Sport Pedagogy (PESP)*.

Para a seleção das fontes pertinentes ao tema, delimitamos o período compreendido entre 2010 e 2015 com o intuito de privilegiar as investigações mais atuais. Foram considerados, portanto, seis anos, o que atende o recomendado por Luna (1997) para retroceder no tempo em trabalhos de revisão. Preliminarmente, selecionamos as fontes de acordo com seus títulos. Em caso de dúvidas acerca de sua pertinência, os resumos eram lidos e, se a dúvida ainda permanecesse, o estudo seria apreciado de forma integral para, assim, ser incluído ou não.

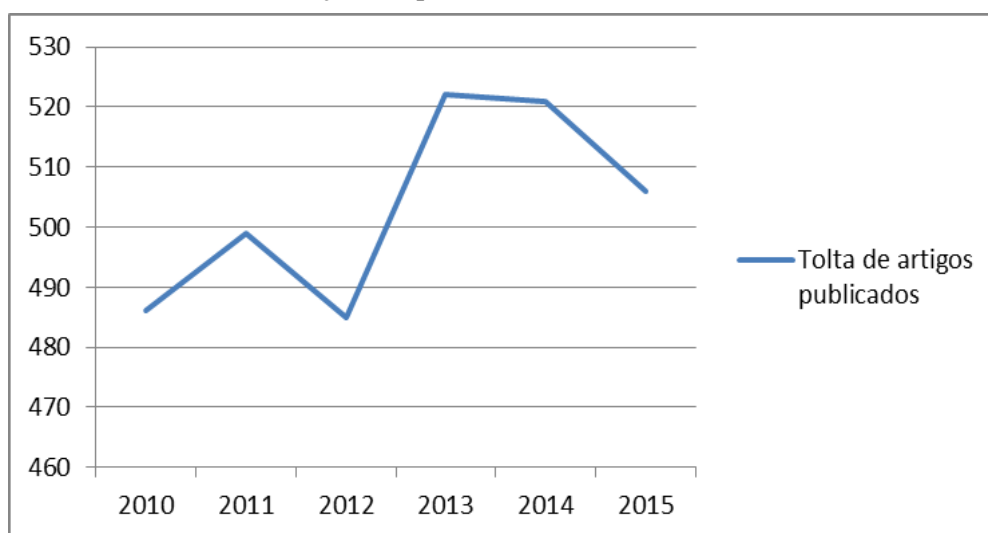
## Resultados

Somando-se a produção dos periódicos, chegamos ao montante de 3536 artigos, sendo 3019 divulgados em revistas nacionais e 517 em revistas internacionais, entre 2010 e 2015. Aproximadamente, a média da produção de todas as revistas foi de 589 artigos por ano. Em adição, observa-se, no Gráfico 01, a produção dos periódicos nacionais e, a partir da análise deste gráfico, ponderamos que houve uma tendência de crescimento na produção acadêmico-científica brasileira da área de educação física. Esse movimento pode ser explicado pela forma de divulgação dos estudos no Brasil que, até a primeira década do século XXI, ocorria por meio de livros e, posteriormente, alcançou os periódicos. Além disso, houve expansão e consolidação do número de programas de pós-graduação em educação física no Brasil (BRACHT *et al.*, 2011; LAZZAROTTI FILHO; SILVA; MASCARENHAS, 2014).

**Gráfico 01.** Produção dos periódicos nacionais entre 2010 e 2015.

**Fonte:** Os Autores.

Em relação às revistas internacionais selecionadas, elas apresentam igualmente uma inclinação ao crescimento da produção, como indica o Gráfico 02. Além do crescimento da quantidade de estudos publicados, estas revistas focalizam, desde 1999, temas como a atuação dos professores, as relações entre os componentes pedagógicos, dentre outros da subárea sociopedagógica de educação física (12).

**Gráfico 02.** Produção dos periódicos internacionais entre 2010 e 2015.

**Fonte:** Os Autores.

Após a aplicação dos critérios de seleção, foram eleitos apenas oito artigos que tematizaram interdições de práticas corporais de estudantes, representando 0,22% do total de estudos produzidos entre 2010 e 2015 nos periódicos avaliados. Devido à diversidade de temas encontrados, elaboramos três categorias para auxiliar na interpretação dos estudos: “indisciplina”, “currículos e exames” e “religião”, conforme a sua distribuição nos periódicos indica-

da na Tabela 01. Salientamos que tais categorias representam o tema geral que as investigações selecionadas enfocaram.

**Tabela 01.** Quantidade de artigos por tema.

<b>Revistas</b>	<b>Indisciplina</b>	<b>Currículos e exames</b>	<b>Religião</b>	<b>Total</b>
Movimento	--	1	1	2
Motriz	--	1	--	1
Pensar a Prática	1	--	--	1
REF/UEM	--	1	--	1
RBCM	1	--	--	1
RBCE	--	--	1	1
EPER	--	--	1	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>8</b>

**Fonte:** Os autores. Observação: após a aplicação dos critérios de seleção, nenhum estudo foi encontrado nas revistas RBEFE, Motrivivência, JTPE e PESP.

Quanto à abordagem, sublinhamos que seis fontes empregaram a metodologia qualitativa e dois estudos adotaram a quantitativa. Destacamos que as investigações sobre as práticas corporais ante o sistema educacional foram representadas de modo discreto no corpo das publicações analisadas e sem discrepâncias entre as revistas selecionadas. Por fim, em vistas dos resultados acerca da produção do campo acadêmico-científico da educação física sobre interdições de práticas corporais de estudantes, passaremos à discussão dos artigos que selecionamos, mediante nossos referenciais teóricos. Tal análise foi segmentada em três eixos. O primeiro refere-se aos estudos que versaram sobre a indisciplina e seus desdobramentos no contexto da educação física escolar. Por sua vez, o segundo eixo tematiza os currículos da educação física e os exames de ingresso no Ensino Superior como forma de limitação do desenvolvimento das práticas corporais nas aulas deste componente curricular. Ao final, nos debruçamos sobre os artigos selecionados que abordaram as implicações das religiões em relação às restrições das práticas corporais nas aulas de educação física.

## **Discussão**

### **Indisciplina na educação física escolar**

Em um estudo que mensurou os fatores que podem gerar a indisciplina nas aulas de educação física escolar, Sant'ana *et al.* (2012) apontaram que, segundo o corpo docente, a indisciplina dos estudantes está fortemente ligada às suas estruturas familiares. Além do fator sociofamiliar, os autores sugerem que a indisciplina discente, nas aulas de educação física, pode ser resultado da infraestrutura inadequada que as escolas ofertam a esta matéria de ensino. Por outro lado, o estudo supracitado corrobora que os professores, especificamente os

mais jovens tendem a responsabilizar a sociedade ou as famílias dos estudantes pela indisciplina, o que já não ocorre no caso dos professores mais experientes.

Contudo, o estudo de Sant'ana *et al.* (2012) no decorrer de sua investigação não delimita um conceito de indisciplina, em vista desta peculiaridade, inquietamo-nos perante a ausência desse conceito. O termo indisciplina é utilizado para descrever o comportamento dos estudantes que não obedecem fielmente aos professores e ao sistema educacional tradicional? Se, e somente se, os estudantes obedecerem cegamente a tal sistema o processo educacional ocorrerá de forma satisfatória?

Diante dessas inquietações, inferimos que o estudo acima citado considera a disciplina que subsidiará o bom desenvolvimento educacional como sendo o disciplinamento e obediência às regras por parte dos estudantes. Cabe aqui ressaltar que não somos opositores a todas as regras das instituições escolares, todavia questionamos como elas são elaboradas e desenvolvidas. Durante o estabelecimento das regras dentro dos sistemas educacionais, acreditamos que as vozes dos estudantes também devam ser ouvidas, uma vez que o processo pedagógico visa ao seu desenvolvimento e, para tanto, a autonomia dos estudantes pode ser um princípio norteador da educação. Nesse sentido, Freire (2002) ratifica que o respeito à autonomia é um imperativo ético e não um “favor”. Esse autor discorre que, ao desrespeitar a curiosidade, o gosto estético e as inquietudes dos estudantes, o professor fere os princípios fundamentais e éticos da existência do ser humano.

Em relação à indisciplina no ambiente escolar, abordamos ainda o estudo de Paula, Paixão e Oliveira (2015) que investigou o uso da suspensão das aulas de educação física como punição aos discentes indisciplinados. Presumimos, então, que as aulas de educação física são valorizadas pelos estudantes e, por isso, sua suspensão é aplicada numa tentativa de evitar o “mau comportamento”. Os resultados da referida pesquisa confirmaram esta premissa, pois evidenciou que 80% dos estudantes afirmaram gostar das aulas de educação física. Contudo, essa investigação revelou que tal prática coercitiva não alcançou a eficácia desejada, visto que 85% dos estudantes punidos eram reincidentes.

Os resultados encontrados por Paula, Paixão e Oliveira (2015) geraram duas problematizações: a posição da educação física frente às outras disciplinas curriculares e as possíveis consequências da suspensão dessas aulas nas práticas corporais dos estudantes. Ponderando acerca da primeira, entendemos que a prática pedagógica da educação física ainda se baseia no “como fazer”, desconsiderando os outros tipos de conteúdos. Dessa forma, professores e estudantes tendem a minimizar a relevância da educação física para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

A segunda inquietação está relacionada às interdições das práticas corporais de estudantes. Ainda que o estudo supracitado tenha evidenciado que as aulas de educação física tendem a desconsiderar os conteúdos conceituais e atitudinais, é no decorrer dessas aulas que há maior possibilidade do desenvolvimento das práticas corporais. Realizamos esta afirmação diante do fato de que as aulas de educação física ocorrem, geralmente, em quadras, pátios, campos e, por isso, oferecem maior possibilidade de execução das práticas corporais, quando comparadas a outras disciplinas curriculares. Portanto, as instituições escolares cometem um desvio ao aplicar a suspensão das aulas de educação física como forma de punição aos estudantes “indisciplinados”.

Considerando os fatores geradores de indisciplina e as punições decorridas de certos comportamentos, como aqueles apontados acima, os professores de educação física ainda enfrentam fatores sociopolíticos, como os exames de acesso ao ensino superior que, por sua vez, podem influenciar o currículo das instituições educacionais.



## Currículo e Exames

Adentrando na temática dos currículos e exames, Tenório *et al.* (2012) ponderaram que os currículos educacionais de educação física apresentaram determinada incoerência no que tange à relação entre intencionalidade e avaliação. Essa disparidade ocorreu pelo fato de não haver clareza teórica na organização das intencionalidades, ou seja, se elas foram pautadas pelos objetivos ou pelas competências ou habilidades (TENÓRIO *et al.*, 2012). Dessa forma, configura-se que as propostas curriculares pautadas pelas competências almejavam, mesmo que de forma camuflada, um alinhamento com as avaliações educacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (2012).

O ENEM é apontado como um dos mecanismos promotores da competição no âmbito educacional, seguindo a hipótese de que tal competição resultaria na qualidade do ensino (BELTRÃO, 2014). Nessa perspectiva, há no campo acadêmico da educação física o debate sobre uma possível valorização a partir de sua inserção nos objetos de avaliação do ENEM. Por outro lado, Beltrão (2014) corrobora em seu estudo que, se os professores de educação física levassem isso a cabo haveria, no mínimo, um empobrecimento de seu componente curricular, pois assim desconsideraria a diversidade das manifestações da cultura corporal das regiões do país.

Beltrão (2014) ilustrou que as consequências da inserção dos conteúdos pertinentes à educação física no ENEM limitaram-se à indicação de possíveis impactos, tendo em vista a brevidade dessa inserção no referido exame. Apesar dos estudos citados nesta seção não abordarem as intervenções promovidas pelos currículos e avaliações nas práticas corporais dos estudantes, os autores demonstraram certa preocupação sobre essa temática. Traçando um paralelo entre as práticas corporais e o currículo da educação física, ressaltamos que ele está intimamente ligado aos objetivos das instituições escolares que, por seu turno, são estabelecidos no projeto político-pedagógico.

Assim sendo, as escolas que adotaram um currículo da educação física com características exclusivamente conceituais, visando a atender meramente aquilo que “cai” no ENEM, podem acabar promovendo um ensino utilitarista, apenas com o intuito de atender à demanda do mercado (BELTRÃO, 2014). Não desconsideramos a finalidade de que a escola objetiva formar cidadãos para atender tal demanda, visto que este é um dos objetivos educacionais resguardados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Contudo, não concordamos que as instituições menosprezem a finalidade mais abrangente de formar cidadãos e enfatizem apenas o aspecto da formação do estudante para o mercado trabalho, no qual a competição e a exclusão daqueles que não se adaptam impera.

Em contraponto, Beane e Apple (1997) apontaram que, para o desenvolvimento de sociedades democráticas – tempos e espaços sociais permeados pelo consentimento consciente das pessoas –, o currículo escolar deve permitir o acesso à vasta gama de informações e, também, à discussão de ideias divergentes. Ademais, Apple (1999) comprovou que as escolas se restringiam ao conteúdo empregado pela cultura dominante, ou seja, pela cultura que visava às demandas do mercado de trabalho, eram as instituições escolares que silenciavam as vozes daqueles que não pertenciam àquela cultura. Portanto, ao refletirmos sobre os currículos da educação física escolar, devemos atentar à sua finalidade educativa, se é para atender a um exame prestado pelos estudantes ao final de todo o processo educacional ou se, além disso, deve subsidiar a formação cidadã de seus discentes.

Além dos exames de acesso ao ensino superior, outras influências externas ao contexto escolar também incidem diretamente nas práticas corporais dos estudantes. Dentre essas, sobressaem-se as singularidades e peculiaridades das instituições religiosas e seus respectivos dogmas.

## Religião e educação física escolar

Rigoni e Daolio (2014) sugeriram que os paradigmas das instituições religiosas podem ter alcance sobre as práticas corporais nas aulas de educação física. Determinados sacerdotes proíbem a participação de seus fiéis em determinadas práticas corporais. Essa limitação possui como objetivo diferenciar os membros pertencentes à Igreja daqueles que não fazem parte dela e, conseqüentemente, fogem dos padrões religiosos (RIGONI; PRODÓCIMO, 2013; RIGONI; DAOLIO, 2014).

Embora tal normatização seja oriunda de outras instituições, os dogmas religiosos impostos produzem impactos nas práticas corporais de seus seguidores no âmbito escolar. Rigoni e Prodócimo (2013) evidenciam que os fiéis realizam uma “[...] certa acomodação dos costumes a outras formas de educação que elas recebem fora da Igreja como, por exemplo, em casa, na escola, na rua, nos grupos de amigos etc. [...]” (2013, p. 239). Dito isso, os professores de educação física devem atentar que, apesar da possibilidade de interferência das normas religiosas em suas aulas, elas podem ser discutidas para o enriquecimento do conteúdo, especialmente nas aulas de educação física (RIGONI; PRODÓCIMO, 2013).

Os estudos abordados nessa seção enfatizam que o planejamento dos professores de educação física deve considerar o contexto sociocultural dos estudantes, a fim de promover uma melhor articulação com as práticas corporais, reduzindo as chances de suas interdições. Em adição, Rigoni e Daolio (2014) concordam que o professor de educação física escolar “[...] deve garantir a experiência dos alunos nas práticas corporais que compõem o currículo. O professor deve mediar a construção da relação que o aluno cria com as práticas corporais, seja essa relação da forma que for” (2014, p. 891).

Por outro lado, Elliott e Hoyle (2014), ao investigarem as barreiras impostas às aulas de educação física por estudantes cristãs e muçulmanas, observaram que o maior empecilho para que elas participassem das aulas era o uniforme, visto que ele divergia dos dogmas pregados por suas religiões. Portanto, nessa investigação, recomendou-se que as escolas mediassem os limites entre a participação dessas jovens nas aulas de educação física e os impeditivos que suas religiões impunham às vestimentas.

Consideramos que além dos sistemas educacionais, dos currículos e exames, há fatores externos ao ambiente educacional que podem influenciar diretamente nas práticas corporais dos estudantes. Tendo em vista esse panorama, concordamos com os estudos aqui citados, pois eles discorrem sobre a necessidade de respeitar as origens dos seus estudantes e também os seus saberes prévios, sejam estes religiosos, filosóficos ou de qualquer outra natureza.

Em síntese, ponderamos que o campo acadêmico-científico da educação física escolar tende a considerar as interdições de práticas corporais de estudantes nas aulas pelas influências das demandas socioeconômicas e das instituições religiosas, com seus dogmas e imposições, visto que três quartos dos estudos selecionados tematizaram estas demandas. Por outro lado, ao considerarmos o âmbito das aulas de educação física, esse campo discute em suas investigações o comportamento indisciplinado dos estudantes. Essa última característica sugere que as instituições escolares tendem a promover o modelo institucional opressor, em que o estudante deve obedecer, estritamente, às regras instituídas pelo corpo docente, sem possibilidade de diálogo entre os atores.

## Considerações Finais

Os resultados apresentados no presente estudo apontam que as investigações sobre interdições de práticas corporais, nas aulas de educação física, trazem elementos externos às instituições escolares como os fatores geradores da indisciplina às escolas, as exigências dos exames de acesso ao ensino superior e os dogmas religiosos. Essa afirmativa é corroborada



pelo fato de 75% dos estudos selecionados abarcarem as influências dos dogmas religiosos, dos exames de acesso ao ensino superior que, por sua vez, estão atrelados às demandas socioeconômicas.

Constatou-se que a abordagem qualitativa foi predominante nas investigações, sendo o tipo de pesquisa adotado em seis dos oito estudos selecionados. Partindo dessa perspectiva, ponderamos que, abordando-se as interdições de práticas corporais, os pesquisadores tendem a investigar o contexto em que esses fenômenos ocorrem, pois esta é uma das características da pesquisa qualitativa. Por fim, reconhecendo as limitações metodológicas do presente estudo, recomendamos outras investigações sob outros critérios de análise acerca das interdições de práticas corporais.

---

## Referências

APPLE, M. W. **Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora**. Petrópolis, Vozes. 1999.

APPLE, M. W.; BEANE, J. A. **Escolas democráticas**. São Paulo, Cortez. 1997.

BELTRÃO, J. A. A Educação Física na escola do vestibular: as possíveis implicações do ENEM. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 819-840, abr./jun. de 2014.

BRACHT, V. *et al.* A Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 02, p. 11-34, abr./jun. 2011.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Edição administrativa do Senado Federal. 1988.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo, Perspectiva. 1983.

ELLIOTT, D. H. K. An examination of barriers to physical education for Christian and Muslim girls attending comprehensive secondary schools in the UK. **European Physical Education Review**, 20(3):349-366. 2014

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra. 2002.

FREITAS, T. C. **A criança e a escola: práticas corporais em tempos e espaços institucionalizados**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudo de revisão sistemática: uma opção para as ciências do movimento humano. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 01, p. 395-411, jan/mar. 2014.

KIRK, D. O. O porquê de investigar: estado atual e tendências futuras nas pesquisas em Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 11-43, 2010.

LAZZAROTTI FILHO, A.; SILVA, A. M.; MASCARENHAS, F. Transformações contemporâneas do campo acadêmico-científico da educação física no Brasil: novos habitus, modus operandi e objetos de disputa. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 67-80, 2014.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo, Educ. 1997.

MACHADO, S. S. **Vivo ou Morto? O corpo sob olhares de crianças**. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PAULA, E. J.; PAIXÃO, J. A.; OLIVEIRA, E. C. Suspensão de aulas de educação física como forma de punição: a percepção discente. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 2, abr./jun. 2015.

PORTOCARRERO, V. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 169-185, jan./jun. 2004.

RICHTER, A.C.; VAZ, A. F. Corpos, saberes e infância: um inventário para estudos sobre a educação do corpo em ambientes educacionais de 0 a 6 anos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 79-93, maio 2005.

RIGONI, A. C. C.; DAOLIO, J. Corpos na escola: reflexões sobre Educação Física e religião. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 875-894, jul./set. de 2014.

RIGONI, A. C. C.; PRODÓCIMO, E. Corpo e religião: marcas da educação evangélica no corpo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 227-243, jan./mar. 2013.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANT'ANA, A. S. S.; NASCIMENTO, J. V.; AZEVEDO, E. S. Fatores associados à indisciplina nas aulas de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Taquatinga, v. 20, n 1, p. 78-87. 2012.

SANTOS, V. F. *et al.* Educação física e o processo de escolarização: uma análise sob a perspectiva do aluno. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 25, n. 4, p. 539-553, 4. trim. 2014.

SILVA, A. M. Entre o corpo e as práticas corporais. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./jun. 2014.

SOARES, Educação do corpo. In: GONZÁLEZ, F.J.; FENSTERSEIFER, P. E.(Orgs.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí, Unijui, p. 219-225. 2014.

TENÓRIO, K. M. R. *et al.* Propostas curriculares Estaduais para Educação Física: uma análise do binômio intencionalidade-avaliação. **Motriz**, Rio Claro, v. 18, n. 3, p. 542-556, 2012.

WIGGERS, I. D. **Corpos desenhados:** olhares de crianças de Brasília através da escola e da mídia. 2003. 326 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

WIGGERS, I. D. *et al.* Um “raio-x” da produção do conhecimento sobre educação física escolar: análise de periódicos de 2006 a 2012. **Movimento**, v. Porto Alegre, v. 21, n. 3. p. 831-845, jul./set. de 2015.

.....

Recebido em: 02/08/2018  
Revisado em: 01/12/2018  
Aprovado em: 01/12/2018

Endereço para correspondência:  
[ivanvilela74@gmail.com](mailto:ivanvilela74@gmail.com)  
Ivan Vilela Ferreira  
Faculdade de Educação Física  
Universidade de Brasília. Gleba B  
Campus Darcy Ribeiro  
Asa Norte.  
70910900 - Brasília, DF - Brasil